

Do autor:

PIERRE BOURDIEU

*A Dominação Masculina*

*Liure-Troca: Diálogos entre Ciência e Arte*

*Meditações Pascalianas*

Sobre o autor:

# O PODER SIMBÓLICO

*Trabalhar com Bourdieu*

15ª EDIÇÃO

*Tradução de*  
Fernando Tomaz

*Instrumentos simbólicos*

como	como	como
estruturas estruturantes	estruturas estruturadas	instrumentos de dominação
Instrumentos de conheci- mento e de construção do mundo objetivo	Meios de comunicação (língua ou culturas, vs. discurso ou conduta)	Poder  Divisão do trabalho (classes sociais) Divisão do trabalho ideoló- gico (manual/intelectual) Função de dominação
<i>Formas simbólicas</i> estruturas subjetivas ( <i>modus operandi</i> ) Kant-Cassirer	<i>Objetos simbólicos</i> estruturas objetivas ( <i>opus operatum</i> ) Hegel-Saussure	<i>Idéologias</i> (vs. mitos, línguas) Karl Marx Max Weber
Sapir-Whorf culturalismo	Durkheim-Mauss Formas sociais de classificação	Corpos de especialistas em concorrência pelo monopólio da produção cultural legítima
Significação: objetiva- de como concordância dos sujeitos (consenso)	Significação: sentido objetivo como produto da comunicação que é a condição da comunicação	

sociologia das formas simbólicas:  
contribuição do poder simbólico  
para a ordem gnoseológica. Senso-  
=Consenso, isto é, doxa.

Poder ideológico como contribuição específica da  
violência simbólica (ortodoxia) para a violência políti-  
ca (dominação)

*Divisão do trabalho de dominação*

## CAPÍTULO II

*Introdução**a uma sociologia reflexiva*

«É por pouco que eu não assimilo as regras de Descartes ao seguinte preceito de não sei que cientista químico: muni-vos daquilo que é indispensável e procedei como é preciso proceder, obtereis então aquilo que desejais obter. Não admitais nada que não seja verdadeiramente evidente (quer dizer, apenas aquilo que deveis admitir); dividi o assunto segundo as partes requeridas (quer dizer, fazei o que deveis fazer); procedei por ordem (a ordem segundo a qual deveis proceder); fazei enumerações completas (quer dizer, aquelas que deveis fazer); é exactamente assim que procedem as pessoas que dizem ser preciso procurar o bem e evitar o mal. Tudo isto está, sem dúvida, certo. Simplesmente, faltam os critérios do bem e do mal.»

Leibniz, *Philosophischen Schriften*,  
ed. Gerhardt, tomo IV, p. 329.

*Ensinar um ofício*

Gostaria hoje\*, excepcionalmente, de procurar explicitar um pouco as intenções pedagógicas que tento seguir na prática deste ensino. Na próxima sessão pedirei a cada um dos participantes que apresente de modo breve e exponha em termos sucintos o tema do seu trabalho — isto, insisto, sem preparação especial, de modo muito natural. O que espero, não é um discurso em forma, quer dizer, defensivo e fechado em si mesmo, um discurso que procure antes de mais (e é compreensível) esconjuram o medo da crítica, mas uma apresentação

\* Introdução a um seminário da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Ourubro de 1987).

simples e modesta do trabalho realizado, das dificuldades encontradas, dos problemas, etc. Nada é mais universal e universalizável do que as dificuldades. Cada um achará uma certa consolação no facto de descobrir que grande número das dificuldades imputadas em especial à sua falta de habilidade ou à sua incompetência, são universalmente partilhadas; e todos tirarão melhor proveito dos conselhos aparentemente pormenorizados que eu poderei dar.

Gostaria de dizer, de passagem, que, entre as várias atitudes que eu desejaria poder inculcar, se acha a de se ser capaz de aprender a pesquisa como uma actividade racional — e não como uma espécie de busca mística, de que se fala com ênfase para se sentir confiante — mas que tem também o efeito de aumentar o temor ou a angústia: esta postura realista — o que não quer dizer cínica — está orientada para a maximização do rendimento dos investimentos e para o melhor aproveitamento possível dos recursos, a começar pelo tempo de que se dispõe. Sei que esta maneira de viver o trabalho científico tem qual-quer coisa de decepcionante e faz correr o risco de perturbar a imagem que de si próprios muitos investigadores desejam conservar. Mas é talvez a melhor e a única maneira de se evitar decepções muito mais graves — como a do investigador que cai do pedestal, após bastantes anos de automitificação, durante os quais despendeu mais energia a tentar conformar-se com a ideia exagerada que faz da pesquisa, isto é, de si mesmo como investigador, do que a exercer muito simplesmente o seu officio.

Uma exposição sobre uma pesquisa é, com effeito, o contrário de um *show*, de uma exhibição na qual se procura ser visto e mostrar o que se vale. É um discurso em que *a gente se expõe*, no qual se correm riscos (para estar mais certo de desarmar os sistemas de defesa e de neutralizar as estratégias de apresentação, gostaria de poder apanhar-vos de surpresa, dando-vos a palavra sem que vocês estejam prevenidos nem preparados — mas, não tenham receio, eu saberei respeitar as vossas hesitações). Quanto mais a gente se expõe, mais possibilidades existem de tirar proveito da discussão e, estou certo, mais benévolas serão as críticas ou os conselhos (a melhor maneira de

«liquidar» os erros — e os receios que muitas vezes os ocasionam — seria podermos rir-nos deles, todos ao mesmo tempo).

Hei-de apresentar aqui — será, sem dúvida, mais adiante — pesquisas em que ando ocupado. Tenho ocasião de ver no estado que se chama *nascente*, quer dizer, em estado confuso, embrionário, trabalhos que, habitualmente, vocês encontram em forma acabada. O *homo academicus* gosta do acabado. Como os pintores académicos, ele faz desaparecer dos seus trabalhos os vestígios da pincelada, os toques e os retoques: foi com certa ansiedade que descobri que pintores como Couture, o mestre de Manet, tinham deixado esboços magníficos, muito próximos da pintura impressionista — que se fez contra eles — e tinham muitas vezes estragado obras julgando dar-lhes os últimos retoques, exigidos pela moral do trabalho bem feito, bem acabado, de que a estética académica era a expressão. Tentarei apresentar estas pesquisas na sua grande confusão: dentro de certos limites, é claro, pois sei que, socialmente, não tenho tanto direito à confusão como vocês e conceder-mo-ão menos do que eu vo-lo concederei — em certo sentido, com razão (mas, em todo o caso, em referência a um ideal pedagógico implícito — que merece sem dúvida ser discutido — já que leva, por exemplo, a medir o valor de um curso, o seu rendimento pedagógico, pela quantidade e pela clareza das notas tomadas).

Uma das funções de um seminário como este é a de vos dar a oportunidade de verem como se processa realmente o trabalho de pesquisa. Não terão um registro integral de todos os erros e de tudo o que foi preciso repetir para se chegar ao registro final. Mas o filme acelerado que vos será apresentado deverá tornar possível fazer uma ideia do que se passa na intimidade do «laboratório» ou, mais modestamente, da oficina — no sentido do artífice ou do pintor do *Quattrocento*: com todas as hesitações, todos os embaraços, todas as renúncias, etc. Investigadores com trabalhos mais ou menos avançados apresentarão os objectos que tentaram construir e submeter-se-ão a perguntas — e, à maneira de um velho «oficial», como se dizia na linguagem das corporações de officios, tenta-

rei contribuir com a experiência que retirei dos ensaios e erros do passado.

O cume da arte, em ciências sociais, está sem dúvida em ser-se capaz de pôr em jogo «coisas teóricas» muito importantes a respeito de objectos ditos «empíricos» muito precisos, frequentemente menores na aparência, e até mesmo um pouco irrísórios. Tem-se demasiada tendência para crer, em ciências sociais, que a importância social ou política do objecto é por si mesmo suficiente para dar fundamento à importância do discurso que lhe é consagrado — é isto sem dúvida que explica pela importância dos objectos que estudam, como é o caso daqueles que, actualmente, se interessam pelo Estado ou pelo poder, se mostrem muitas vezes os menos atentos aos procedimentos metodológicos. O que conta, na realidade, é a construção do objecto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de construir objectos socialmente insignificantes em objectos científicos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objectos socialmente importantes, aprendendo-os de um ângulo imprevisto — como eu procuro fazer, por exemplo, ao partir, para compreender um dos efeitos maiores do monopólio estatal da violência simbólica, de uma análise muito precisa do que é um *certificado*: de invalidez, de aptidão, de doença, etc. Neste sentido, o sociólogo encontra-se hoje numa situação perfeitamente semelhante — *mutatis mutandis* — à de Maner ou de Flaubert que, para exercerem em pleno o modo de construção da realidade que estavam a inventar, o aplicavam a projectos tradicionalmente excluídos da arte académica, exclusivamente consagrada às pessoas e às coisas socialmente designadas como importantes — o que levou a acusá-los de «realismo». O sociólogo poderia tornar sua a fórmula de Flaubert: «pintar bem o mediocre».

É preciso saber converter problemas muito abstractos em operações científicas inteiramente práticas — o que supõe, como se verá, uma relação muito especial com o que se chama geralmente «teoria» ou «prática». Neste processo, os preceitos abstractos, tais como aqueles que se encontram, por exemplo,

em *Le Métier de sociologue* — é preciso construir o objecto; é preciso pôr em causa os objectos pré-construídos — ainda que tenham a faculdade de despertar a atenção e de pôr de sobreaviso, não prestam grande ajuda. É assim, sem dúvida, porque não há outra maneira de adquirir os princípios fundamentais de uma prática — e a prática científica não é excepção — que não seja a de a praticar ao lado de uma espécie de guia ou de treinador, que protege e incute confiança, que dá o exemplo e que corrige ao enunciar, *em situação*, os preceitos directamente aplicados *ao caso particular*.

Evidentemente, há-de acontecer que, após terem assistido a duas horas de discussão sobre o ensino da música, sobre os desportos marciais, sobre o aparecimento de uma crítica de *jazz* ou sobre os teólogos franceses, perguntem a vocês mesmos se não perderam o vosso tempo e se aprenderam realmente alguma coisa. Não sairão daqui com belos discursos sobre a acção comunicacional, sobre a teoria dos sistemas ou mesmo sobre a noção de campo ou de *habitus*. Em vez de fazer, como fazia há vinte anos, uma bela exposição sobre a noção de estrutura na matemática e na física modernas e sobre as condições de aplicação em sociologia do modo de pensamento estrutural (era sem dúvida mais «impressionante»...), direi a mesma coisa mas de forma prática, quer dizer, por meio de observações perfeitamente triviais, perfeitamente banais, por meio de questões elementares — tão elementares que nos esquecemos muitas vezes de as pôr — e passando, em cada caso, ao pormenor do seu estudo particular. Só se pode realmente dirigir uma pesquisa — pois é disso que se trata — com a condição de a *fazer* verdadeiramente *com* aquele que tem a responsabilidade directa dela: o que implica que se trabalhe na preparação do questionário, na leitura dos quadros estatísticos ou na interpretação dos documentos, que se sugiram hipóteses quando for caso disso, etc. — é claro que não se pode, nestas condições, dirigir verdadeiramente senão um pequeno número de *trabalhos*, e aqueles que declaram «dirigir» um grande número deles não fazem verdadeiramente o que dizem.

Visto que o que se trata de ensinar é, essencialmente, um *modus operandi*, um modo de produção científico que supõe um

modo de percepção, um conjunto de princípios de visão e de divisão, a única maneira de o adquirir é a de o ver operar praticamente ou de observar o modo como este *habitus* científico — é bem este o seu nome —, sem necessariamente se tornar explícito em preceitos formais, «reage» perante opções práticas — um tipo de amostragem, um questionário, etc.

O ensino de um ofício ou, para dizer como Durkheim, de uma «arte», entendido como «prática pura sem teoria», exige uma pedagogia que não é de forma alguma a que convém ao ensino dos *saberes*. Como se vê bem nas sociedades sem escrita e sem escola — mas também é verdadeiro quanto ao que se ensina nas sociedades com escola e nas próprias escolas — numerosos modos de pensamento e de acção — e muitas vezes os mais vitais — transmitem-se de prática a prática, por modos de transmissão totais e práticos, firmados no contacto directo e duradouro entre aquele que ensina e aquele que aprende («faz como eu»). Os historiadores e os filósofos das ciências — e os próprios cientistas, sobretudo — têm frequentemente observado que uma parte importante da profissão de cientista se obtém por modos de aquisição inteiramente práticos — a parte da pedagogia do silêncio, dando lugar à explicitação não só dos esquemas transmitidos como também dos esquemas empregados na transmissão, é sem dúvida tanto maior numa ciência quanto nela são menos explícitos e menos codificados os próprios conteúdos, saberes, modos de pensamento e de acção.

A sociologia é uma ciência relativamente avançada, muito mais do que habitualmente se julga, mesmo entre os sociólogos. Um bom sinal do lugar que um sociólogo ocupa na sua disciplina seria sem dúvida o da ideia — maior ou menor — que ele tem daquilo que precisaria de dominar para estar realmente à altura do saber adquirido\* da sua disciplina, já que a propensão para uma apreensão modesta das suas capacidades científicas só pode crescer à medida que cresce o conhecimento do que mais recentemente foi adquirido\*\* em matéria de

métodos, de técnicas, de conceitos ou de teorias. Mas ela está ainda pouco codificada e pouco formalizada. Não se pode pois, tanto como em outros domínios, confiar nos automatismos de pensamento ou nos automatismos que suprem o pensamento (na *evidentia ex terminis*, a «evidência cega» dos símbolos, que Leibniz opunha à evidência cartesiana) ou ainda nos códigos de boa conduta científica — métodos, protocolos de observação, etc. — que constituem o direito dos campos científicos mais codificados. Deve-se pois contar sobretudo, para se obterem práticas adequadas, com os esquemas incorporados do *habitus*.

O *habitus* científico é uma regra feita homem ou, melhor, um *modus operandi* científico que funciona em estado prático segundo as normas da ciência sem ter estas normas na sua origem: é esta espécie de sentido do jogo científico que faz com que se faça o que é preciso fazer no momento próprio, sem ter havido necessidade de tematizar o que havia que fazer, e menos ainda a regra que permite gerar a conduta adequada. O sociólogo que procura transmitir um *habitus* científico parece-se mais com um treinador desportivo de alto nível do que com um professor da Sorbonne. Ele fala pouco em termos de princípios e de preceitos gerais — pode, decerto, enunciá-los, como eu fiz em *Le Métier de sociologue*, mas sabendo que é preciso não ficar por aí (nada há pior, em certo sentido, que a epistemologia, logo que ela se transforma em tema de dissertação ou em *substituto da pesquisa*). Ele procede por indicações práticas, assemelhando-se nisso ao treinador que imita um movimento («no seu lugar, eu faria assim...») ou por «correções» feitas à prática em curso e concebidas no próprio espírito da prática («eu não levantaria essa questão, pelo menos dessa forma»).

#### *Pensar relacionamente*

Nunca tudo isto é tão verdadeiro como quando se trata da construção do objecto, sem dúvida a operação mais importante e, no entanto, a mais completamente ignorada, sobretudo na tradição dominante, organizada em torno da oposição entre a

\* «acquis» no texto original. (N.T.)

\*\* «acquisitions» no texto original. (N.T.)

«teoria» e a «metodologia». O paradigma (no sentido de realização exemplar) da «teoria» teórica é a obra de Parsons, *melting pot* conceptual obtido pela compilação puramente teórica (quer dizer, alheia a toda a aplicação) de algumas grandes obras (Durkheim, Pareto, Weber, etc.), reduzidas à sua dimensão «teórica» ou, melhor, professoral, ou ainda, mais perto de nós, o neofuncionalismo de Jeffrey Alexandre. Nascidas do ensino, estas compilações ecléticas e classificatórias são boas para o ensino — mas para isso somente. A par disto, há a «metodologia» catálogo de preceitos que não têm que ver nem com a epistemologia, como reflexão que tem em vista trazer à luz os esquemas da prática científica apreendida tanto nos seus erros como nos seus êxitos, nem com a teoria científica. Penso, neste caso, em Lazarfeld. O par Parsons-Lazarfeld (e, entre os dois, Merton e as suas teorias de médio alcance) constitui uma espécie de *holding* «científico» socialmente muito poderoso, que reinou na sociologia mundial durante trinta anos. A divisão «teoria»/«metodologia» constitui em oposição epistemológica uma oposição constitutiva da divisão social do trabalho científico num dado momento (como a oposição entre professores e investigadores de gabinetes de estudos). Penso que se deve recusar completamente esta divisão em duas instâncias separadas, pois estrou convencido de que não se pode reencontrar o concreto combinando duas abstrações.

Com efeito, as opções técnicas mais «empíricas» são inseparáveis das opções mais «teóricas» de construção do objecto. É em função de uma certa construção do objecto que tal método de amostragem, tal técnica de recolha ou de análise dos dados, etc. se impõe. Mais precisamente, é somente em função de um corpo de hipóteses derivado de um conjunto de pressuposições teóricas que um dado empírico qualquer pode funcionar como prova ou, como dizem os anglo-saxónicos, como *evidente*. Ora, procede-se frequentemente como se o que pode ser reivindicado como *evidente* fosse evidente. O que se faz em função de uma *rotina cultural*, a maior parte das vezes imposta e inculcada pela educação (os famosos cursos de «methodology» das universidades americanas). O feiticismo da *evidente* leva à recusa dos trabalhos empíricos que não aceitem como evidente

a própria definição da *evidente*: o investigador não concede o estruço de dados, *data*, senão a uma pequeníssima fracção do dado, não, como seria preciso, àquela que é chamada a existência científica pela sua problemática (o que é inteiramente normal), mas àquela que é validada e garantida pela tradição pedagógica em que ele se situa, e só a ela.

É significativo que «escolas» ou tradições se possam construir em torno de *uma* técnica de recolha de dados. Por exemplo, actualmente, certos etnometodólogos só se interessam pela análise de conversação reduzida à análise de um texto separado do seu contexto, ignorando totalmente os *dados* — que podemos chamar etnográficos — sobre o contexto imediato (o que se chama tradicionalmente a situação), sem falar dos dados que tornariam possível que se situasse a situação na estruturação social. Estes «dados», que são tomados por o próprio *concreto*, são de facto produto de uma formidável abstracção — o que sucede sempre, pois o dado é sempre construído — mas trata-se, neste caso, de uma abstracção que não se conhece como tal. Há assim monomaniacos das distribuições estatísticas, ou da análise de discursos, ou da observação participante, ou da entrevista livre (*open-ended*) ou em profundidade (*in-depth*), ou da descrição etnográfica, etc. A adesão rígida a um ou outro destes métodos definirá a filiação numa escola, os interaccionistas sendo conhecidos por exemplo pelo seu culto da «etnografia», os etnometodólogos pela sua exclusiva paixão pela análise de conversação. E será tido como uma ruptura estrondosa com o monoteísmo metodológico o facto de se combinar a análise de discurso com a análise etnográfica! A mesma análise poderia fazer-se em relação às técnicas de análise, análise multivariada, análise de regressão, *path analysis*, *network analysis*, *factor analysis*. Também aqui o monoteísmo é rei. Assim é, sem dúvida, porque ele dá à arrogância da ignorância a aparência de um fundamento metodológico: a mais elementar sociologia da sociologia ensina que, frequentemente, as condenações metodológicas são uma maneira de tornar a necessidade em virtude, de fingir que se ignora (no sentido activo) o que, muito simplesmente, se ignora.

Haveria que analisar ainda a retórica da apresentação dos

resultados que, quando se transforma em exibição ostentatória dos *data*, dos processos e dos procedimentos, serve geralmente para encobrir erros elementares de construção do objecto, enquanto, pelo contrário, uma exposição rigorosa e económica dos resultados *pertinents* medida pela bitola deste exibicionismo do *datum brutum* suscita muitas vezes a desconfiança *a priori* dos feiticistas do *protocolo* (no sentido duplo) de uma forma de *evidente*... Mas para tentar converter em preceito positivo todas estas críticas, direi apenas que é preciso desconfiar das recusas sectárias que se escondem por detrás das profissões de fé demasiado exclusivas e tentar, em cada caso, mobilizar todas as técnicas que, dada a definição do objecto, possam parecer pertinentes e que, dadas as condições práticas de recolha dos dados, são praticamente utilizáveis. Pode-se, por exemplo, utilizar a análise das correspondências para fazer uma análise de discurso (como fiz, por exemplo, em relação aos discursos publicitários das diferentes empresas de produção de casas pré-fabricadas) ou combinar a mais clássica análise estatística com um conjunto de entrevistas em profundidade ou de observações etnográficas (como fiz em *La Distinction*). Em suma, a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor*, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina — e das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história. Apetecia-me dizer: «É proibido proibir» ou «Livrai-vos dos cães de guarda metodológicos». Evidentemente, a liberdade extrema que eu prego, e que me parece ser de bom senso, tem como contrapartida uma extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto e às condições do seu emprego. Acontece-me frequentemente desconfiar que os nossos pais-do-rigor-metodológico se revelam bem laxoristas, e até relaxados, na utilização dos próprios métodos de que se têm por zeladores...

O que nós faremos aqui parecer-vos-á talvez irrisório. Mas, antes de mais, a construção do objecto — pelo menos na minha experiência de investigador — não é uma coisa que se produza

de uma assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efectua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correcções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas. Denota pois uma ideia um tanto delirante e pouco realista da pesquisa que se fique surpreendido por podermos passar tanto tempo a discutir pormenores aparentemente ínfimos — e até insignificantes —, tais como a questão de saber se o pesquisador deve declarar a sua qualidade de sociólogo ou apresentar-se com uma identidade mais aceitável — a de etnólogo ou de historiador, por exemplo —, ou antes encobri-la completamente, ou ainda se é melhor incluir uma dada pergunta num questionário destinado à exploração estatística ou reservá-la para a interrogação de informadores, etc.

Esta atenção aos pormenores de procedimento da pesquisa, cuja dimensão propriamente social — como achar bons informadores, como nos apresentarmos, como descrever-lhes os objectivos da pesquisa e, de modo mais geral, como «penetrar» o meio estudado, etc. — não é a menos importante, poderá pôr-vos de prevenção contra o feiticismo dos conceitos e da «teoria», que nasce da propensão para considerar os instrumentos «teóricos», *habitus*, campo, capital, etc., em si mesmos, em vez de os fazer funcionar, de os pôr em acção. A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objecto que vai comandar — ou orientar — todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades. Por meio dela, torna-se presente o primeiro preceito do método, que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista ou, para dizer como Cassirer, *substancialista*<sup>1</sup>. é

<sup>1</sup> E. Cassirer, *Substance et fonction. Éléments pour une théorie du concept*, trad. P. Causser, Paris, Minuit, 1977.

Preciso pensar *relacionalmente*. Com efeito, poder-se-ia dizer, deformando a expressão de Hegel: *o real é relacional*. Ora, é mais fácil pensar em termos de realidades que podem, por assim dizer, ser vistas claramente, grupos, indivíduos, que pensar em termos de relações. É mais fácil, por exemplo, pensar a diferenciação social como forma de grupos definidos como populações, através da noção de classe, ou mesmo de antagonismos entre esses grupos, que pensá-la como forma de um espaço de relações. Os objectos comuns da pesquisa são realidades que atraem a atenção do investigador por serem «realidades que se tornam notadas» por assim dizer, ao porem problemas — por exemplo, «as mães solteiras no gueto negro de Chicago». E, frequentemente, os investigadores tomam como objecto os problemas relativos a populações mais ou menos arbitrariamente delimitadas, obtidas por divisões sucessivas de uma categoria ela própria pré-construída, «os velhos», «os jovens», «os imigrantes», etc.: como, por exemplo, «os jovens do subúrbio oeste de Villeurbanne». (A primeira urgência, em todos estes casos, seria tomar para objecto o trabalho social de construção do objecto pré-construído: é aí que está o verdadeiro ponto de ruptura).

Mas não basta empregar os termos empolados da «grande teoria» para se escapar ao modo de pensamento realista. Por exemplo, a respeito do poder, põem-se questões de localização em termos substancialistas e realistas (à maneira dos antropólogos culturalistas que se interrogavam indefinidamente sobre *the locus of culture*): alguns perguntar-se-ão onde está ele, quem o detém (*Who governs?*), outros se ele vem de cima ou de baixo, etc., do mesmo modo que certos sociolinguistas se preocupam em saber *em que lugar* se dá a mudança linguística, entre os pequenos burgueses ou entre os burgueses, etc. É para romper com este modo de pensamento — e não pelo prazer de colar um novo rótulo em velhos frascos teóricos — que empregarei o termo *campo de poder* (de preferência a *classe dominante*, conceito realista que designa uma população verdadeiramente real de detentores dessa realidade tangível que se chama poder), entendendo por tal as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força

social — ou de capital — de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima do poder (penso, por exemplo, nos confrontos entre «artistas» e «burgueses» no século XIX).

Dito isto, uma das dificuldades da análise relacional está, na maior parte dos casos, em não ser possível apreender os espaços sociais de outra forma que não seja a de distribuições de propriedades entre indivíduos. É assim porque a informação acessível está associada a indivíduos. Por isso, para apreender o subcampo do poder económico e as condições económicas e sociais da sua reprodução, é na verdade obrigatório interrogar os duzentos padrões franceses mais importantes. Mas é preciso, custe o que custar, precaver-se contra o retorno à «realidade» das unidades pré-construídas. Para isso, sugiro-vos o recurso a esse instrumento de construção do objecto, simples e cómodo, que é o *quadro dos caracteres pertinentes de um conjunto de agentes ou de instituições*: se se trata, por exemplo, de analisar diversos desportos de combate (luta, judo, aikido, etc.) ou diversos estabelecimentos de ensino superior ou ainda diversos jornais parisienses, inscreve-se cada uma das instituições em uma linha e abre-se uma coluna sempre que se descobre uma propriedade necessária para caracterizar uma delas, o que obriga a pôr a interrogação sobre a presença ou a ausência dessa propriedade em todas as outras — isto, na fase puramente indutiva da operação; depois, fazem-se desaparecer as repetições e reúnem-se as colunas que registam características estrutural ou funcionalmente equivalentes, de maneira a reter todas as características — e essas somente — que permitem discriminar de modo mais ou menos rigoroso as diferentes instituições, as quais são, por isso mesmo, pertinentes. Este utensílio, muito simples, tem a faculdade de obrigar a pensar relacionalmente tanto as unidades sociais em questão como as suas propriedades, podendo estas ser caracterizadas em termos de presença ou de ausência (sim/não).

Mediante um trabalho de construção desta natureza — que se não faz de uma só vez mas por uma série de aproximações



— constroem-se, pouco a pouco, espaços sociais os quais — embora só se ofereçam em forma de relações objectivas muito abstractas e se não possa tocá-los nem apontá-los a dedo — são o que constitui toda a realidade do mundo social. Vejam, por exemplo, o trabalho que acabo de publicar sobre as escolas superiores e em que contei, numa espécie de crónica muito concisa de uma pesquisa que se estendeu por perto de vinte anos, como se consegue passar da monografia — que tem a seu favor todos os aspectos da ciência — a um verdadeiro objecto construído, o campo das instituições escolares que asseguraram a reprodução do campo do poder. Procurar não cair na armadilha do objecto pré-construído não é fácil, na medida em que se trata, por definição, de um objecto que *me interessa*, sem que eu conheça claramente o princípio verdadeiro desse «interesse». Seja, por exemplo, o caso da Escola Normal Superior: o conhecimento incipiente que dela possa ter, e que é nocivo na medida em que é tido por desmistificado e desmistificador, dá origem a toda uma série de perguntas extremamente ingénuas, que todo o normaliano achará interessantes porque «surgem de repente no espírito» daquele que se interroga acerca da sua escola, isto é, acerca dele mesmo: são os normalianos literários de uma origem social mais elevada que os normalianos científicos? contribui o escalão de entrada para a escolha das disciplinas: matemática ou física, filosofia ou letras? etc. De facto, a problemática espontânea, em que entra uma enorme parcela de complacência narcisista, é geralmente muito mais ingénua ainda. Vejam as obras com ambições científicas que, de há uns vinte anos, têm tido por objecto esta ou aquela escola superior. Ao fim e ao cabo, poder-se-á assim escrever um volumoso livro cheio de factos com aparência inteiramente científica, mas que falhará no essencial: se, pelo menos, como creio, a Escola Normal Superior, à qual podem ligar-me laços afectivos, positivos ou negativos, produto dos meus investimentos anteriores, não passa na realidade de um ponto num espaço de relações objectivas (um ponto, de resto, cujo «peso» na estrutura terá de ser determinado); e se, mais precisamente, a verdade desta instituição reside na rede de relações de oposição e de concorrência que a ligam ao conjunto

das instituições de ensino superior e que ligam esta mesma rede ao conjunto das posições no campo do poder às quais dá acesso a passagem pelas escolas superiores. Se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo.

Daqui resultam os problemas de estratégia que encontramos sempre e que se colocarão constantemente nas nossas discussões de projectos de pesquisa: será que vale mais estudar extensivamente o conjunto dos elementos pertinentes do objecto construído, ou antes, estudar intensivamente um fragmento limitado deste conjunto teórico que está desprovido de justificação científica? A opção socialmente mais aprovada, em nome de uma ideia ingenuamente positivista da precisão e da «seriedade» é a segunda: a de «estudar a fundo um objecto muito preciso, bem circunscrito», como dizem os directores de teses. (Seria bastante fácil mostrar como virtudes pequeno-burguesas de «prudência», de «seriedade», de «honestidade», etc., que poderiam outrossim exercer-se na gestão de uma contabilidade comercial ou num emprego administrativo, se converterem aqui em «método científico»).

Na prática, veremos que se porá a questão dos limites do campo, questão com aparência positivista a que se pode dar uma resposta teórica (o limite de um campo é o limite dos seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz), resposta esta que poderá orientar as estratégias de pesquisa que têm em vista estabelecer respostas de facto. Isto terá como consequência que quase sempre nos acharemos expostos à alternativa da análise intensiva de uma fracção do objecto praticamente apreensível e da análise extensiva do objecto verdadeiro. Mas o proveito científico que se retira de se conhecer o espaço em cujo interior se isolou o objecto estudado (por exemplo, uma dada escola) e que se deve tentar apreender, mesmo grosseiramente, ou ainda, à falta de melhor, com dados de segunda mão, consiste em que, sabendo-se como é a realidade de que se *abstraiu* um fragmento e o que dela se faz, se podem pelo menos desenhar as grandes linhas de força do

espaço cuja pressão se exerce sobre o ponto considerado (um pouco à maneira dos arquitectos do século XIX, que faziam admiráveis esboços a carvão do conjunto do edificio no interior do qual estava situada a parte que eles queriam figurar em pormenor). E, sobretudo, não se corre o risco de procurar (e de «encontrar») no fragmento estudado mecanismos ou princípios que, de facto, lhe são exteriores, nas suas relações com outros objectos.

Construir o objecto supõe também que se tenha, perante os factos, uma postura activa e sistemática. Para romper com a passividade empirista, que não faz senão ratificar as pré-construções do senso comum, não se trata de propor grandes construções teóricas vazias, mas sim de abordar um caso empírico com a intenção de construir um *modelo* — que não tem necessidade de se revestir de uma forma matemática ou formalizada para ser rigoroso —, de ligar os dados pertinentes de tal modo que eles funcionem como um programa de pesquisas que põe questões sistemáticas, apropriadas a receber respostas sistemáticas; em resumo, trata-se de construir um sistema coerente de relações, que deve ser posto à prova *como tal*. Trata-se de interrogar *sistematicamente* o caso particular, constituído em «caso particular do possível», como diz Bachelard, para retirar dele as propriedades gerais ou invariantes que só se denunciam mediante uma interrogação assim conduzida (se esta intenção está ausente, frequentemente, dos trabalhos dos historiadores, é sem dúvida porque a definição social da sua tarefa, que está inscrita na definição social da sua disciplina, é menos ambiciosa ou pretenciosa, mas também menos exigente, deste ponto de vista, do que a que se impõe ao sociólogo).

O raciocínio analógico, que se apoia na intuição racional das homologias (ela própria alicerçada no conhecimento das leis invariantes dos campos), é um espantoso instrumento de construção do objecto. É ele que permite mergulharmos completamente na particularidade do caso estudado sem que nela nos afoguemos, como faz a idlografia empirista, e realizarmos a intenção de *generalização*, que é a própria ciência, não pela aplicação de grandes construções formais e vazias, mas por essa maneira particular de pensar o caso particular que

consiste em pensá-lo verdadeiramente como tal. Este modo de pensamento realiza-se de maneira perfeitamente lógica pelo recurso ao *método comparativo*, que permite pensar relacionamente um caso particular constituído em caso particular do possível, tomando-se como base de apoio as homologias estruturais entre campos diferentes (o campo do poder universitário e o campo do poder religioso por meio da homologia das relações professor/intelectual e bispo/tólogo) ou entre estados diferentes do mesmo campo (o campo religioso na Idade Média e hoje).

Se este seminário funcionar como eu desejo, ele apresentará-se-á como uma realização social prática do método que tento promover: vocês ouvirão pessoas que, trabalhando em objectos extremamente variados, serão sujeitos — e sujeitar-se-ão — a perguntas orientadas sempre pelos mesmos princípios; deste modo, o *modus operandi* que desejo ensinar transmitir-se-á, de certa maneira, praticamente, sem que haja necessidade de o explicitar teoricamente, pelo acto repetido a respeito de casos diferentes. Cada um, ao ouvir os outros, pensará na sua própria pesquisa, e a situação de comparação institucionalizada que é assim criada (como a moral, o método só funciona se conseguir inscrever-se nos mecanismos de um universo social) obrigá-lo-á, a um tempo e sem qualquer contradição, a particularizar o seu objecto, a percebê-lo como um caso particular (isto contra um dos erros mais comuns da ciência social, a universalização do caso particular), e a generalizá-lo, a descobrir, pela aplicação de interrogações gerais, os caracteres invariantes que ele pode ocultar debaixo das aparências da singularidade (sendo um dos efeitos mais directos deste modo de pensamento o de excluir a semigeneralização, que leva a produzir conceitos concretos-abstractos, resultantes da introdução clandestina, no discurso científico, de palavras ou factos nativos\* não analisados). No tempo em que eu era mais directivo, aconselhava firmemente os investigadores a estudarem pelo menos *dois* objectos: por exemplo, em relação aos historiadores, além do seu objecto principal, um dado editor do século XVIII, os coleccionadores

\* «faits indigènes» no texto original. (N. T.).

durante o Segundo Império, ou o equivalente contemporâneo desse objecto — uma casa editora parisiense, um grupo de coleccionadores —, pois o estudo do presente tem pelo menos como resultado obrigar a *objectivar* e a controlar as pré-noções que o historiador projecta sempre sobre o passado, nem que seja empregando palavras do presente para o designar — como a palavra *artista*, a qual faz esquecer que a noção correspondente é uma invenção extraordinariamente recente.

### Uma dúvida radical

Todavia construir um objecto científico é, antes de mais e sobretudo, romper com o senso comum\*, quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições, logo, no mesmo tempo na objectividade das organizações sociais e nos cérebros. O pré-construído está em toda a parte. O sociólogo está literalmente cercado por ele, como o está qualquer pessoa. O sociólogo tem um objecto a conhecer, o mundo social, de que ele próprio é produtor e, deste modo, há todas as probabilidades de os problemas que põe a si mesmo acerca desse mundo, os conceitos — e, em especial, as noções classificatórias que emprega para o conhecer, noções comuns como os nomes de profissões, noções eruditas como as transmitidas pela tradição da disciplina — sejam produto desse mesmo objecto. Ora isto contribui para lhes conferir uma evidência — a que resulta da coincidência entre as estruturas objectivas e as estruturas subjectivas — que as põe a coberto de serem postas em causa.

Como pode o sociólogo efectuar na prática a dúvida radical a qual é necessária para pôr em suspenso todos os pressupostos inerentes ao facto de ele ser um ser social, portanto, socializado

\* «sens commun» — traduzimos, neste passo, como em outros, por *sensu commun*, que não deve ser entendido como *bon sens*, tratando-se tão-só do sentido que é comum a um grupo ou conjunto de agentes. (N. T.)

e levado assim a sentir-se como peixe na água no seio desse mundo social cujas estruturas interiorizou? Como pode ele evitar que o mundo social faça, de certo modo, através dele, por meio das operações inconscientes de si mesmas de que ele é o sujeito aparente, a construção do mundo social do objecto científico? Não construir, como faz o hiperempirismo positivista, que aceita sem crítica os conceitos que lhe são propostos (*achivement, ascription, profession, role, etc.*) é ainda construir, porque é registrar — e confirmar — o já construído. A sociologia corrente\* — que se exime a pôr em causa de modo radical as suas próprias operações e os seus próprios instrumentos de pensamento, e que veria sem dúvida em tal *intenção reflexiva* um vestígio de mentalidade filosófica, logo, uma sobrevivência pré-científica — é inteiramente atravessada pelo objecto que ela quer conhecer e que não pode realmente conhecer, pelo facto de não se conhecer a si mesma. Uma prática científica que se esquece de se pôr a si mesma em causa não sabe, propriamente falando, o que faz. Presa no objecto que toma para objecto, ela descobre qualquer coisa do objecto, mas que não é verdadeiramente objectivado pois se trata dos próprios princípios do objecto.

Seria fácil mostrar que esta ciência meio-doura retira do mundo social os seus *problemas*, os seus *conceitos* e os seus *instrumentos de conhecimento* e regista amíúde como um *datum*, como um dado empírico independente do acto de conhecimento e da ciência que o realiza, factos, representações ou instituições os quais são *produto de um estado anterior da ciência*, em que ela, em suma, se regista a si mesma sem se reconhecer...

Vou deter-me um pouco em cada um destes pontos. A ciência social está sempre exposta a receber do mundo social que ela estuda os *problemas* que levanta a respeito dele: cada sociedade, em cada momento, elabora um corpo de *problemas sociais* tidos por legítimos, dignos de serem discutidos, públicos, por vezes oficializados e, de certo modo, *garantidos pelo Estado*. São, por exemplo, os problemas postos às grandes *comissões* oficialmente mandatadas para os estudar, postos

\* «La sociologie ordinaire» no texto original. (N. T.)

também, mais ou menos directamente, aos próprios sociólogos, por meio de todas as formas de *procura burocrática*, concursos públicos\*, programas de estudos, etc., e de financiamento, contratos, subvenções, etc. Numerosos objectos reconhecidos pela ciência oficial, numerosos trabalhos não são outra coisa senão problemas sociais que entraram de contrabando na sociologia — pobreza, delinquência, juventude, educação, lazeres, desporto, etc. — e que, como testemunharia uma análise da evolução no decurso do tempo das grandes divisões realistas da sociologia — tal como se exprimem nos títulos das grandes revistas ou nas denominações dos grupos de trabalho dos congressos mundiais da disciplina —, variam ao sabor das flutuações da consciência social do momento. Ai está uma das mediações por meio das quais o mundo social constrói a sua própria representação, servindo-se para isso da sociologia e do sociólogo. Deixar em estrado impensado o seu próprio pensamento é, para um sociólogo mais ainda que para qualquer outro pensador, ficar condenado a ser apenas *instrumento* daquilo que ele quer pensar.

Como romper com esta situação? Como pode o sociólogo escapar à persuasão clandestina que a cada momento sobre ele se exerce, quando lê o jornal, ou quando vê televisão, ou mesmo quando lê os trabalhos dos seus colegas? Estar alerta é já importante, mas não basta. Um dos instrumentos mais poderosos da ruptura é a história social dos problemas, dos objectos e dos instrumentos de pensamento, quer dizer, do trabalho social de construção de instrumentos de construção da realidade social (como as noções comuns, papel, cultura, velhice, etc., ou os sistemas de classificação) que se realiza no próprio seio do mundo social, no seu conjunto, neste ou naquele campo especializado e, especialmente, *no campo das ciências sociais* (o que conduziria a atribuir um programa e uma função muito diferentes dos actuais ao ensino da história social das ciências sociais — história que, no essencial, está ainda por fazer). Uma parte importante do trabalho colectivo que se

\* «appels d'offre» no texto original. (N. T.).

divulga na revista *Actes de la recherche en sciences sociales* incide sobre a história social dos objectos mais comuns da existência corrente: penso, por exemplo, em todas essas coisas que se tornaram tão comuns, logo, tão evidentes que ninguém lhes presta atenção — a estrutura de um tribunal, o espaço de um museu, o acidente de trabalho, a cabina de voto, o quadro de dupla entrada ou, muito simplesmente, o escrito ou o registo. A história concebida assim não está inspirada por um interesse de *antiquário*, mas sim preocupada em compreender porque se compreende e como se compreende.

Para se não ser objecto dos problemas que se tomam para objecto, é preciso fazer a história social da *emergência* desses problemas, da sua construção progressiva, quer dizer, do trabalho colectivo — frequentemente realizado na concorrência e na luta — o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer estes problemas como *problemas legítimos*, confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais: podemos pensar nos problemas da família, do divórcio, da delinquência, da droga, do trabalho feminino, etc. Em todos os casos, descobrir-se-á que o problema, aceite como evidente pelo positivismo vulgar (que é a primeira tendência de qualquer investigador), foi *socialmente produzido*, num trabalho colectivo de construção da realidade social e por meio desse trabalho; e foi preciso que houvesse reuniões, comissões, associações, ligas de defesa, movimentos, manifestações, petições, requerimentos, deliberações, votos, tomadas de posição, projectos, programas, resoluções, etc. para que aquilo que era e poderia ter continuado a ser um problema *privado*, particular, singular, se tornasse num *problema social*, num problema público, de que se pode falar *publicamente* — pense-se no aborto, ou na homossexualidade — ou mesmo num problema oficial, objecto de tomadas de posição oficiais, e até mesmo de leis ou decretos. Seria preciso analisar aqui o papel particular do campo político e, sobretudo, do campo burocrático: por meio sobretudo da lógica muito especial da *comissão burocrática*, de cuja análise me occupo actualmente a respeito da elaboração de uma nova política de ajuda ao alojamento em França por volta de 1975, este campo contribui de maneira muito intensa para a consagração e para a constitui-

ção dos problemas sociais *universais*. A imposição da problemática a que o investigador está sujeito — como qualquer agente social — e que assume sempre que toma à sua conta as questões que andam no ar do seu tempo mas sem as submeter a exame — incluindo-as, por exemplo, nos seus questionários — torna-se mais provável na medida em que os problemas que são *taken for granted* num universo social são aqueles que têm mais probabilidades de receberem *grants*, materiais ou simbólicos, de serem, como se diz, *bem vistos* pelos administradores científicos e as administrações — é, por exemplo, o que faz com que as sondagens, essa ciência sem cientista\*, sejam aprovadas por aqueles que dispõem de meios para as encomendar e que se mostram, de resto, tanto mais críticos para com a sociologia quanto mais esta se desliga das suas encomendas ou dos seus pedidos.

Acrescento ainda, para complicar um pouco mais e para fazer ver como a situação do sociólogo é difícil, quase desesperada, que o trabalho de produção dos problemas oficiais, quer dizer, dotados dessa espécie de universalidade que lhes vem do facto de estarem garantidos pelo Estado, dá quase sempre lugar, hoje em dia, àquilo a que se chama *peritais*, entre os quais se acham sociólogos, que se servem da autoridade da ciência para garantirem ou afaçanarem a universalidade, a objectividade, o desinteresse da representação burocrática dos problemas. O mesmo é dizer que o sociólogo digno deste nome, que faz o que é preciso fazer, em meu entender, para ter alguma probabilidade de ser verdadeiramente o *swain* dos problemas, que se podem pôr a respeito do mundo social, deve tomar para objecto a construção que a sociologia, os sociólogos, quer dizer, os seus próprios colegas, dão, com toda a boa fé, para a produção dos problemas oficiais — e há todas as probabilidades de que isto apareça como um sinal inadmissível de arrogância ou como uma traição à solidariedade profissional, aos interesses corporativos.

Nas ciências sociais, como se sabe, as rupturas epistemológicas são muitas vezes rupturas sociais, rupturas com as crenças

\* «science sans savants» no texto original. (N. T.).

fundamentais de um grupo e, por vezes, com as crenças fundamentais do corpo de profissionais, com o corpo de certas parilhadas que fundamenta a *communis doctorum opinio*. Praticar a dúvida radical em sociologia é pôr-se um pouco fora da lei. É, sem dúvida, o que tinha sentido Descartes o qual, com grande espanto dos seus comentadores, nunca estendeu à política — é conhecida a prudência com que fala de Maquiavel — o modo de pensamento que tinha iniciado tão corajosamente no domínio do conhecimento.

Passo aos conceitos, às palavras, aos métodos que a *profissão* emprega para falar do mundo social e para o pensar. A linguagem levanta um problema particularmente dramático para o sociólogo: ela é, com efeito, um enorme depósito de pré-construções naturalizadas, portanto, ignoradas como tal, que funcionam como instrumentos inconscientes de construção. Poderia tomar o exemplo das taxinomias profissionais, quer se trate de nomes de profissões em uso na vida quotidiana, quer se trate da CSP, do INSEE\*, belo exemplo de *conceptualização burocrática*, de universal burocrático, como poderia tomar, mais geralmente, o exemplo de todas as classificações (classes etárias, jovens/velhos; classes sexuais, homens/mulheres, etc. que, como se sabe, não escapam ao arbitrário) que os sociólogos empregam sem nelas pensarem quanto baste, porque são categorias sociais do entendimento que é comum a toda uma sociedade ou porque, como aquilo a que chamei categorias do entendimento professoral (os sistemas de adjectivos — *brilhante/apagado*, etc. — usados para classificar os pontos dos alunos ou as qualidades dos colegas) são próprias da corporação (o que não impede que se firmem, em última análise, na base das homologias de estrutura, nas oposições mais fundamentais do espaço social, como raro/banal, único/comum, etc.).

Mas creio que é preciso ir mais além e discutir não só a classificação das profissões e os conceitos empregados para designar as classes de ofícios, mas também o próprio conceito de profissão ou, para dizer em inglês, *profession*, que tem

\* CSP = catégories socio-professionnelles (categorias socioprofissionais). INSEE = Institut National de Statistique et d'Etudes Economiques.

servido de base a todo um conjunto de pesquisas e que, para alguns, representa uma espécie de palavra de ordem metodológica. *Profession* é uma noção perigosa e tanto mais quanto é certo que, como sucede em casos idênticos, as aparências jogam a seu favor e, em certo sentido, o seu emprego tem sido acompanhado de um progresso em relação à papa teórica, à maneira de Parsons. Falar de *profession*, era tratar de uma verdadeira realidade, de conjuntos de pessoas com o mesmo nome, os *lawyers* por exemplo, dotados de um estruço económico quase equivalente e, sobretudo, organizados em associações profissionais dotadas de uma deontologia, de instâncias colectivas que definiam regras de entrada, etc. *Profession* é uma palavra da linguagem comum que entrou de contrabando na linguagem científica; mas é, sobretudo, uma *construção social*, produto de todo um trabalho social de construção de um grupo e de uma *representação* dos grupos, que se insinuou docemente no mundo social. É isso que faz com que o «conceito» caminhe tão bem. Bem demais, de certo modo: se vocês o aceitarem para construírem o vosso objecto, encontrarão listas já feitas, centros de documentação que reúnem informações a seu respeito e, talvez, por pouco hábeis que sejas, fundos para o estudar. Ele refere-se a realidades em certo sentido demasiado reais, pois aprende ao mesmo tempo uma categoria social — socialmente edificada passando, por exemplo, para além das diferenças económicas, sociais, étnicas, que fazem da *profession* dos *lawyers* um espaço de concorrência — e uma categoria mental. Mas se, tomando conhecimento do espaço das diferenças que o trabalho de *agregação* necessário para construir a *profession* teve de superar, eu perguntar se não se trata de um *campo*, então tudo se torna difícil. Como obter uma amostra num campo? Se, num estudo do campo da magistratura, não se considerar o presidente do Supremo Tribunal de Justiça ou se, num estudo sobre o campo intelectual em França em 1950, não se considerar Jean-Paul Sartre, o campo fica destruído, porque estas personagens marcam, só por si, uma posição. Há posições de um só lugar que comandam toda a estrutura. Numa amostra representativa dos escritores concebidos como *profession*, *no problem*.

Enquanto vocês tomarem o dado — os famosos *data* dos sociólogos positivistas — tal como ele se dá, dar-se-vos-á sem problemas. Tudo anda por si, naturalmente. As portas abrem-se e as bocas também. Que grupo recusaria o registo sacralizador do historiógrafo? O inquérito sobre os bispos ou sobre os padrões que aceita — tacitamente — a problemática episcopal ou patronal tem o apoio do secretariado do episcopado do CNPF\*, e os bispos e os padrões que se apressam a vir comentar os resultados não deixam de conferir uma espécie de diploma de objectividade ao sociólogo que soube dar uma realidade objectiva — pública — à representação subjectiva que eles têm do seu próprio ser social. Em suma, enquanto vocês permanecerem na ordem da aparência socialmente construída, todas as aparências estarão a vosso favor, convosco, — até mesmo as aparências da cientificidade. Pelo contrário, desde que vocês comecem a trabalhar num verdadeiro objecto construído, tudo se tornará difícil: o progresso «teórico» gera um acréscimo de dificuldades «metodológicas». Os «metodólogos» não terão dificuldade em encontrar o pequeno erro nas operações que é preciso fazer para apreender, assim-assim, o objecto construído. (A metodologia é como a ortografia, de que se dizia: «é a ciência dos burros». É um arrolamento de erros acerca dos quais se pode dizer que é preciso ser-se estúpido para os cometer. Para ser honesto, devo dizer que entre as *fallacies* arroladas, há algumas que eu não teria talvez encontrado sozinho. Mas, na maior parte, são falhas triviais, que fazem a felicidade dos professores. Os sacerdócos, como lembra Nietzsche, vivem do pecado...). Entre as dificuldades, há a questão de que falei há pouco, a dos limites do campo que os positivistas mais intrépidos — quando não se esquecem pura e simplesmente de a colocar utilizando sem qualquer modificação listas já feitas — resolvem por meio de uma «definição operatória» («chamo escritor») sem verem que a questão da definição («fulano não é um verdadeiro escritor») está em jogo no próprio objecto. Combate-se então para se saber quem faz parte do jogo, quem merece verdadeiramente o nome de

\* CNPF = Conseil National du Patronat Français.

escritor. A própria noção de escritor — e também, apesar de todos os esforços de codificação e de homogeneização pela homologação, a noção de *lawyer* — está em jogo no campo dos escritores — ou dos *lawyers* —: a luta a respeito da definição legítima, em que está em jogo — di-lo a palavra «definição» — a fronteira, o limite, o *droit de entrada*, por vezes o *numerus clausus*, é a característica dos campos na sua universalidade.

A abdição empirista tem todas as aparências e todas as aprovações a seu favor porque, eximindo-se à construção, deixa ao mundo social *tal como é*, à ordem estabelecida, as operações essenciais da construção científica — escolha do problema, elaboração dos conceitos e das categorias de análise —, preenchendo assim, pelo menos por defeito, a título de ratificação da doxa, uma função essencialmente conservadora. Entre os obstáculos ao desenvolvimento de uma sociologia científica, um dos piores está nas descobertas verdadeiras implicarem os *custos* mais elevados e os ganhos mais reduzidos, não só nos mercados ordinários da existência social mas também no mercado universitário, de que se esperaria uma maior autonomia. Como tentei mostrar a respeito dos custos e dos ganhos científicos e sociais das noções de *profissão* e de *campo*, é preciso muitas vezes, para se fazer ciência, evitar as aparências da cientificidade, contrariar mesmo as normas em vigor e desafiar os critérios correntes do rigor científico (poder-se-ia, deste ponto de vista, examinar os estratos respectivos da sociologia e da economia). As aparências são sempre pela aparência. A verdadeira ciência, na maior parte das vezes, tem má aparência e, para fazer avançar a ciência, é preciso, frequentemente, correr o risco de não se ter todos os sinais exteriores da cientificidade (esquece-se que é fácil simulá-los). Entre outras razões, porque os meio-hábeis se prendem com as violações aparentes dos cânones da «metodologia» elementar que, por razões de certeza positivista, são levados a encarar como «erros» e como efeitos da inépcia ou da ignorância das opções metodológicas firmadas na recusa das facilidades da «metodologia».

Será escusado dizer que a reflexividade obsessiva, que é a condição de uma prática científica rigorosa, nada tem de comum com o falso radicalismo das discussões acerca da ciência

que actualmente se multiplicam. (Penso naqueles que introduzem a velha crítica filosófica das ciências sociais, mais ou menos ajustada aos gostos actuais, no mundo das ciências sociais americanas, cujas defesas imunitárias foram aniquiladas, paradoxalmente, por várias gerações de «metodologia» positivista). Entre essas críticas, é preciso dar um lugar à parte àquelas que vêm da etnometodologia, embora, em certas formulações, elas se confundam com as conclusões dos mais irresponsáveis leitores dos filósofos franceses contemporâneos, que reduzem os discursos científicos a estratégias retóricas a respeito de um mundo reduzido, ele próprio, ao estado de texto. A análise da lógica prática e das teorias espontâneas, de que ela se arma para dar sentido ao mundo, não tem o seu fim em si mesma — como aliás, a crítica das pressuposições das análises da sociologia corrente (a-reflexiva), sobretudo em matéria de estatísticas; ela é um momento, perfeitamente decisivo, da ruptura com as pressuposições do senso comum, vulgar ou douto. Se é preciso objectivar os esquemas do senso prático, não é para provar que a sociologia nunca poderá ser mais que um ponto de vista acerca do mundo, nem mais nem menos científico que outro qualquer, mas para subtrair a razão científica à razão prática, para impedir que esta chegue a contaminar aquela, para evitar que se trate como instrumento de conhecimento aquilo que deveria ser objecto de conhecimento, quer dizer, tudo o que faz o sentido prático do mundo social, os pressupostos, os esquemas de percepção e de compreensão. Tomar para objecto o senso comum e a experiência inicial do mundo social, como adesão não-rética a um mundo que não está constituído em *objecto* perante um sujeito, é uma maneira, precisamente, de evitar o ser apanhado no objecto, de transportar para a ciência *tudo o que torna possível a experiência dóxica do mundo social*, quer dizer, não só a construção pré-construída deste mundo, mas também os esquemas cognitivos que estão na origem da construção desta imagem. E os etnometodólogos que se limitam à descrição desta experiência, sem se interrogarem acerca das condições sociais que a tornam possível — quer dizer, a adequação das estruturas sociais e das estruturas mentais, das estruturas objectivas do mundo e das estrutu-

ras cognitivas por meio das quais ele é aprendido —, não fazem mais que reconduzir as interrogações mais tradicionais da filosofia mais tradicional sobre a realidade da realidade. E para medir os limites das aparências de radicalismo que o seu populismo epistemológico (ligado à reabilitação do pensamento vulgar) por vezes lhes confere, basta por exemplo observar que eles nunca viram as *implications politiques* da experiência dóxica do mundo que — enquanto aceitação fundamental, situada fora do alcance da crítica, da ordem estabelecida — é o fundamento mais seguro de um conservadorismo mais radical relativamente àquele que tem em vista instaurar a *orthodoxia* política (como doxa recta e de direita\*).

#### *Double bind e conversão*

O exemplo que acabo de dar, com a noção de *profissão*, é apenas um caso particular. De facto, é toda uma tradição doutra da sociologia que é necessário pôr constantemente em dúvida, e da qual há que desconfiar incessantemente. Daí, esta espécie de *double bind* a que todo o sociólogo digno deste nome está constantemente exposto: sem os instrumentos de pensamento oriundos da tradição doutra, ele não passa de um amador, de um autodidacta, de um sociólogo espontâneo — e nem sempre o mais bem colocado, tão evidentes são, frequentemente, os limites da sua experiência social —, mas estes instrumentos fazem que ele corra um perigo permanente de erro, pois se arrisca a substituir a doxa ingénua do senso comum pela doxa do senso comum doutra, que atribui o nome de ciência a uma simples transcrição do discurso de senso comum. É aquilo a que chamo o efeito Diaforrus: observei frequentemente, sobretudo nos Estados Unidos, que, para se compreender verdadeira-mente aquilo de que este ou aquele sociólogo fala, é preciso (e basta) ter lido o *New York Times* da semana ou do mês anteriores, que ele retraduz nessa terrível linguagem-barreira, nem verdadeiramente concreta nem verdadeiramente abstracta,

\* «doxa droite et de droite», no texto original. (N. T.).

que lhe é imposta, sem ele mesmo saber, pela sua formação e pela censura do *establishment* sociológico.

Mas não é fácil escapar à alternativa da ignorância desarmada do autodidacta desprovido de instrumentos de construção e da meia-ciência do meio-cientista, que aceita sem exame categorias de percepção ligadas a um estado do mundo doutra, dos conceitos semiconstruídos, mais ou menos directamente tirados do mundo social. Nunca se experimenta tão bem a contradição como no caso da etnologia na qual, em consequência da diferença das tradições culturais e do *étagement* daí resultante se não pode viver, como no caso da sociologia, na ilusão da compreensão imediata. Por exemplo, devo confessar que se, antes de ir «para o terreno», eu não tivesse lido os antropólogos, não me teria talvez apercebido da diferença radical estabelecida pelos meus informadores e a própria linguagem que empregavam entre a prima paralela e a prima cruzada. Neste caso, ou não se vê nada, ou então fica-se sujeito às categorias de percepção ou aos modos de pensamento (o juridismo dos etnólogos) recebidos dos antepassados — que, a maior parte das vezes, os receberam de uma outra tradição doutra, como a do direito romano). Isso favorece uma espécie de *conservadorismo estrutural*, que leva a reproduzir a doxa doutra.

Daí, a antinomia da pedagogia da pesquisa: ela deve transmitir ao mesmo tempo instrumentos de construção da realidade, problemáticas, conceitos, técnicas, métodos, e uma formidável atitude crítica, uma tendência para pôr em causa esses instrumentos — por exemplo, as classificações, as do INSEE ou outras, as quais nem rombam do céu, nem saíram completamente armadas da realidade. Escusado será dizer que, como qualquer mensagem, esta pedagogia tem probabilidades muito desiguais de ser bem sucedida, segundo as atitudes socialmente constituídas dos destinatários: a situação mais favorável é a das pessoas que reúnem uma cultura doutra e uma certa revolta contra essa cultura — ligada, a maior parte das vezes, a uma experiência estranha ao universo culto, que faz com que se não deixem enganar — ou, muito simplesmente, uma forma de resistência perante a representação assepsada e des-realizada do mundo social proposta pelo discurso social-



mente dominante em sociologia. Penso em Aaron Cicourel, que tivera, na juventude, convivência bastante com os «delinquentes» dos *slums* de Los Angeles para ser espontaneamente levado a pôr em dúvida a representação oficial dos «delinquentes»: foi sem dúvida esta familiaridade com o universo estudado que, associada a um bom conhecimento da estatística, o incitou a pôr às estatísticas da delinquência questões que nenhum preceito metodológico teria podido gerar.

Entre os obstáculos com os quais deve contar uma verdadeira pedagogia da pesquisa, há, antes de mais, a pedagogia corrente dos professores vulgares, a qual reforça as atitudes conformistas inscritas na própria lógica da reprodução escolar e também, como já disse, na impossibilidade de «ir às próprias coisas» sem qualquer instrumento de percepção. É minha convicção que o ensino corrente da sociologia e as produções intelectuais saídas desse ensino e condenadas a voltar a ele, constituem hoje o principal obstáculo que se levanta ao desenvolvimento da ciência social. É assim por muitas razões. Lembro apenas uma, que já por vezes evoquei: o ensino perpetua e canoniza oposições fictícias entre autores (Weber/Marx, Durkheim/Marx, etc.), entre métodos (quantitativo/qualitativo, macro-sociologia/micro-sociologia, estrutura/história, etc.) entre conceitos, etc. Se, como todas as falsas sínteses de uma teoria sem prática e todas as prevenções esterilizantes e inúteis de uma «metodologia» sem conceitos, estas operações de catalogação são muito úteis para afirmarem a existência do professor, colocado assim acima das divisões por ele descritas, é sobretudo como *sistemas de defesa* contra os progressos verdadeiros da ciência, que ameaçam o falso saber dos professores, que elas funcionam. As primeiras vítimas são, evidentemente, os estudantes: com excepção de arituras especiais, quer dizer, salvo se forem particularmente *indivíduos*, eles estão condenados a deixarem sempre uma guerra científica ou epistemológica para trás, como os professores, porque, em vez de os fazerem começar, como deveria ser, pelo ponto a que chegaram os investigadores mais avançados, fazem-nos percorrer constantemente domínios já conhecidos, em que repetem

eternamente as batalhas do passado — é essa uma das funções do culto escolar dos clássicos, inteiramente contrária a uma verdadeira história crítica da ciência.

Gostaria ainda, mesmo correndo o risco de parecer levar ao extremo a dúvida radical, de evocar as formas mais perversas que o pensamento preguiçoso pode assumir em sociologia: penso, por exemplo, no caso, bastante paradoxal, de um pensamento crítico, como o de Marx, poder funcionar em estado de impensado, não só nos cérebros dos investigadores — e isto quer se afirmem adeptos de Marx, quer o combatam — mas também na realidade por eles registada em forma de pura atestação. Inquirir, sem mais nem menos, acerca das classes sociais, sobre a sua existência ou não-existência, sobre o seu número e o seu carácter antagonista ou não-antagonista, como se faz com frequência sobretudo com a intenção de se refutar a teoria marxista, é tomar para objecto, sem se saber, as marcas que os efeitos exercidos pela teoria de Marx deixaram na realidade, sobretudo através dos esforços dos partidos e dos sindicatos que se dedicaram a «elevantar a consciência de classe».

O que acabo de dizer sobre o efeito de teoria que a teoria marxista das classes pôde exercer e de que a «consciência de classe» empiricamente medida é, em parte, produto, constitui apenas um caso particular de um fenómeno mais geral: a existência de uma ciência social e de práticas sociais que a invocam por caução — como as sondagens de opinião, os conselhos de comunicação, a publicidade, etc., mas também a pedagogia ou mesmo, cada vez mais, a acção dos homens políticos ou dos outros funcionários, dos homens de negócios ou dos jornalistas, etc. — faz com que haja cada vez mais agentes, no próprio seio do mundo social, que fazem entrar conhecimentos doutros, senão científicos, na sua prática e, sobretudo, no seu trabalho de produção ou de manipulação das representações do mundo social. De modo que, cada vez com mais frequência, a ciência arrisca-se a registar, sem saber, os produtos de práticas que invocam a seu favor a ciência.

Enfim, mais subtilmente, a submissão aos hábitos de pensamento, ainda que sejam os que, em outras circunstâncias, podem exercer um formidável efeito de ruptura, pode conduzir

também a formas inesperadas de ingenuidade. E eu não hesitei em dizer que o marxismo, nos seus usos sociais mais comuns, constitui, frequentemente, a forma por excelência, por ser a mais insuspeita, do pré-construído douto. Suponhamos que se pretende estudar «a ideologia jurídica», ou «religiosa», ou «professoral». O termo ideologia pretende marcar a ruptura com as representações que os próprios agentes querem dar da sua própria prática: ele significa que não se deve tomar à letra as suas declarações, que eles têm interesses, etc.; mas, na sua violência iconoclasta, ele faz esquecer que a dominação à qual é preciso escapar para o objectivar só se exerce porque é ignorada como tal; o termo ideologia significa também que é preciso reintroduzir no modelo científico o facto de a representação objectiva da prática dever ter sido construída contra a experiência inicial da prática ou, se se preferir, o facto de a «verdade objectiva» desta experiência ser inacessível à própria experiência. Marx permite que se arrombem as portas da doxa, porta, há um alçapão, e o meio-hábil que se fia no senso comum douto esquece-se de voltar à experiência inicial que a construção douta deve ter posto em suspenso. A «ideologia» (a que seria preferível de futuro dar outro nome) não aparece e não se assume como tal, e é deste desconhecimento\* que lhe vem a sua eficácia simbólica. Em resumo, não basta romper com o senso comum vulgar, nem com o senso comum douto na sua forma corrente; é preciso romper com os instrumentos de ruptura que anulam a própria experiência contra a qual eles se construíram. E isto para se construir modelos mais completos, que englobem tanto a ingenuidade inicial como a verdade objectiva por ela dissimulada e à qual, por outra forma de ingenuidade, se prendem os meio-hábéis, aqueles que se julgam astutos. (Não posso deixar de dizer aqui que o prazer de se sentir astuto, desmistificado e desmistificador, de brincar aos desencantadores desenganados, tem boa parte em muitas vocações sociológicas... E o sacrifício que o método rigoroso exige é ainda maior...).

\* «méconnaissance» (mais propriamente não-reconhecimento) (N. T.).

Tratando-se de pensar o mundo social, nunca se corre o risco de exagerar a dificuldade ou as ameaças. A força do pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta com as aparências da evidência, que passa despercebida porque é perfeitamente natural. A ruptura é, com efeito, uma *conversão do olhar* e pode-se dizer do ensino da pesquisa em sociologia que ele deve em primeiro lugar «dar novos olhos» como dizem por vezes os filósofos iniciáticos. Trata-se de produzir, senão «um homem novo», pelo menos, «um novo olhar», um *olhar sociológico*. E isso não é possível sem uma verdadeira conversão, uma *metanoia*, uma revolução mental, uma mudança de toda a visão do mundo social.

Aquilo a que se chama a «ruptura epistemológica», quer dizer, o pôr-em-suspenso as pré-construções vulgares e os princípios geralmente aplicados na realização dessas construções, implica uma ruptura com modos de pensamento, conceitos, métodos que têm a seu favor todas as aparências do *sensu commun*, do bom senso vulgar e do bom senso científico (tudo o que a atitude positivista dominante honra e reconhece). Vocês compreenderão, sem dúvida, que quando se está convencido, como eu, de que a primeira tarefa da ciência social — portanto, do ensino da pesquisa em ciência social — é a de instaurar em norma fundamental da prática científica a conversão do pensamento, a revolução do olhar, a ruptura com o pré-construído e com tudo o que, na ordem social — e no universo douto — o sustenta, se seja condenado a ser-se constantemente suspeito de exercer um magistério profético e de pedir uma conversão pessoal.

Dado que tenho uma consciência muito clara das contradições propriamente sociais do desígnio científico que tentei descrever, vejo-me frequentemente obrigado a perguntar a mim próprio, perante um trabalho submetido à minha apreciação, se devo procurar impor a visão crítica que me parece a condição da construção de um verdadeiro objecto científico, entregando-me a uma crítica do objecto pré-construído que se artissa a aparecer como uma violência, uma espécie de anexação. A dificuldade é tanto maior quanto é certo que, em

ciências sociais, a origem do erro reside quase sempre, pelo menos segundo a minha experiência, em atitudes socialmente constituídas, e também em temores sociais, em fantasmas sociais — de forma que é muitas vezes difícil enunciar publicamente um juízo crítico que, por meio das práticas doutras, atinja de facto as atitudes mais profundas, tão estreitamente ligadas à origem social, ao sexo, e também ao grau de consagração escolar anterior: penso, por exemplo, na humilhação excessiva (mais provável nas raparigas que nos rapazes, nos investigadores de origem «modesta» — como se diz por vezes — e escolarmente menos consagrados, etc.) que é quase tão nefasta como a arrogância (a postura equilibrada implica, em meu entender, uma combinação, muito improvável, de alguma ambição, que leve a ver em grande, e de uma grande modéstia, indispensável para se penetrar no pormenor do objecto). E o director de pesquisa, se quisesse cumprir verdadeiramente a sua função, deveria desempenhar por vezes o papel, efectivamente perigoso e em qualquer caso injustificável, de «director de consciência».

De facto, a ajuda mais decisiva, que a experiência permite que se dê ao investigador principiante, é a que consiste em incitá-lo a ter em consideração, na definição do seu projecto, as condições reais da realização, quer dizer, os meios, sobretudo em tempo e em competências específicas, de que ele dispõe (em especial, a natureza da sua experiência social, a formação que recebeu) e também as possibilidades de acesso a informadores e a informações, a documentos ou a fontes, etc. Muitas vezes, e só ao cabo de um verdadeiro trabalho de socioanálise que se pode realizar o casamento ideal de um investigador e do seu «objecto», por meio de toda uma série de fases de sobreinvestimento e de desinvestimento.

A sociologia da sociologia, em forma muito concreta de uma sociologia do sociólogo, do seu projecto científico, das suas ambições ou das suas demissões, das suas audácias e dos seus temores, não é uma inutilidade sentimental\* ou uma espécie de luxo narcisista: a tomada de consciência das atitudes

\* «supplément d'âme» no texto original (N. T.).

favoráveis ou desfavoráveis que estão associadas às suas características sociais, escolares ou sexuais, dá uma probabilidade, sem dúvida limitada, de actuar sobre essas atitudes. Como a sabedoria, segundo os Estóicos, a sociologia da sociologia nada pode em relação ao primeiro movimento, mas permite que se controle o segundo... Os artifícios das pulsões sociais são inúmeros, e fazer a sociologia do seu próprio universo pode ser a maneira mais perversa de satisfazer, por caminhos subtilmente desviados, essas pulsões reprimidas. Por exemplo, um ex-tólogo que se fez sociólogo pode, quando começa a estudar os teólogos, proceder a uma espécie de regressão e pôr-se a falar como teólogo ou, pior, servir-se da sociologia para accretar as suas contas de teólogo. O mesmo se passará com um ex-filósofo, que se artiscará sempre a encontrar na sociologia da filosofia uma maneira de prosseguir guerras filosóficas por outras vias.

#### A objectivação participante

Aquilo a que chamei *a objectivação participante* (e que é preciso não confundir com «a observação participante», análise de uma — falsa — participação num grupo estranho) é sem dúvida o exercício mais difícil que existe, porque requer a ruptura das aderências e das adesões mais profundas e mais inconscientes, justamente aquelas que, muitas vezes, constituem o «interesse» do próprio objecto estudado para aquele que o estuda, tudo aquilo que ele menos pretende conhecer na sua relação com o objecto que ele procura conhecer. Exercício mais difícil, mas também o mais necessário porque, como tentei fazer em *Homo academicus*, o trabalho de objectivação incide neste caso sobre um objecto muito particular, em que se acham inscritas, implicitamente, algumas das mais poderosas determinantes sociais dos próprios princípios da apreensão de qualquer objecto possível: por um lado, os interesses específicos associados à pertença ao campo universitário e à ocupação de uma posição particular nesse campo; e, por outro lado, as categorias socialmente constituídas da percepção do mundo universitário e do mundo social, essas categorias do entendi-

mento professoral que, como disse há pouco, podem estar envolvidas numa estética (através da arte convencional) ou numa epistemologia (através da epistemologia do ressentimento que, fazendo da necessidade virtude, valoriza sempre as pequenas cautelas do rigor positivista contra todas as formas de audácia científica).

Sem querer explicitar aqui todos os ensinamentos que uma sociologia reflexiva pode retirar desta análise, gostaria de indicar somente um dos pressupostos mais escondidos do projecto científico, que tornei claro, compelido pelo próprio trabalho de inquérito sobre tal objecto, com a consequência imediata — prova de que a sociologia da sociologia não é um luxo — de um melhor conhecimento do próprio objecto. Num primeiro tempo, tinha construído um modelo do espaço universitário, como espaço de posições ligadas por relações de força específicas, como campo de forças e campo de lutas para conservar ou transformar este campo de forças. Poderia ter ficado por aí, mas estava de prevenção pelas observações que em outro tempo, no decurso dos meus trabalhos de etnologia, tinha podido fazer acerca do «epistemocentrismo» associado à postura doutra. Além disso, o mal-estar que em mim suscitava, no momento da publicação, o sentimento de ter cometido uma espécie de deslealdade, erigindo-me em observador de um jogo que eu continuava a jogar, obrigou-me a voltar ao meu projecto. Senti pois de maneira particularmente viva o que estava implicado na pretensão de adoptar a posição de observador imparcial, ao mesmo tempo omnipresente e ausente, porque dissimulado por detrás da impersonalidade absoluta dos procedimentos, e capaz de assumir um ponto de vista quase divino acerca dos colegas que são também concorrentes. Objectivar a pretensão à posição realenga que, como há pouco disse, leva a fazer da sociologia uma arma nas lutas no interior do campo em vez de fazer dela um instrumento de conhecimento dessas lutas, portanto do próprio sujeito cognoscente o qual, faça o que fizer, não deixa de estar nelas envolvido, é conferir a si mesmo os meios de reintroduzir na análise a consciência dos pressupostos e dos preconceitos, associados ao ponto de vista local e localizado daquele que constrói o espaço dos pontos de vista.

A consciência dos limites da objectivação objectivista levou-me a descobrir que existe no mundo social, em especial no mundo universitário, toda uma série de instituições que produzem o efeito de tornar aceitável a distância entre a verdade objectiva e a verdade vivida daquilo que se faz e daquilo que se é — tudo o que os sujeitos objectivados pretendem lembrar quando opõem à análise objectivista que «isso não se passa assim». Encontram-se, por exemplo, neste campo particular, os sistemas de defesa colectivos que — em universos em que cada um luta pelo monopólio de um mercado no qual não há como clientes senão concorrentes, e em que a vida é por consequência muito dura — permitem que cada um se aceite a si mesmo aceitando os subterfúgios ou as gratificações compensatórias oferecidas pelo meio. É esta dupla verdade, objectiva e subjectiva, que constitui a verdade completa do mundo social.

Gostaria de evocar, embora hesite um pouco em fazê-lo, a título de último exemplo, uma exposição apresentada aqui mesmo a respeito de uma sessão eleitoral na televisão, objecto que, na sua aparente facilidade — tudo se dá, de imediato, à intuição imediata — reúne todas as dificuldades que um sociólogo pode encontrar. Como passar para além de uma descrição inteligente, mas sempre sujeita a «fazer pleonasmos com o mundo», como dizia Mallarmé? É um grande perigo, com efeito, dizer por outras palavras o que os actores tinham dito ou feito, e destacar significações de primeiro grau (há uma dramatização da expectativa do resultado, há uma luta entre os participantes a respeito do *sentido* do resultado, etc.) das significações que são produto de intenções conscientes e que os próprios actores poderiam anunciar se tivessem tempo para isso e se não temessem pôr o seu jogo a descoberto. Estes sabem bem — pelo menos na prática e, actualmente, com uma frequência cada vez maior, de modo consciente — que, numa situação em que o que está em jogo é a imposição da representação mais favorável da sua própria posição, a confissão pública do fracasso, como acto de reconhecimento, é *de facto* impossível; que não há, propriamente falando, evidência universal dos números e da sua significação e que a estratégia que consiste

em «negar a evidência» (52% é superior a 48%), embora aparentemente condenada ao insucesso, conserva uma certa validade (os X ganharam, mas os Y não perderam; os X ganharam, mas de modo menos accentuado do que da última vez — ou menos accentuado do que tinham previsto, etc.).

Estará de facto aí o essencial? O problema do corte põe-se com uma força especial, porque o analista encontra no objecto concorrentes à interpretação do objecto que, frequentemente, também se apoiam na autoridade da ciência. Também se põe de maneira particularmente aguda porque, de modo diferente do que se passa em outras ciências, a simples descrição, menos construída — quer dizer, empenhada em restringir todas as características pertinentes e só essas — não tem o valor intrínseco de que se reveste quando se trata da descrição de uma cerimónia secreta entre os Hopis ou da sagração de um rei na Idade Média: a cena foi vista e *compreendida* (em certo nível e até certo ponto) por vinte milhões de espectadores e o registro faz dela uma restituição que nenhuma transcrição positivista pode ultrapassar ou mesmo tocar de perto.

De facto, só se pode sair da série indefinida das interpretações que se refutam umas às outras — o hermenêuta está perante uma luta entre hermenêutas que se batem pela última palavra a respeito de um acontecimento ou de um resultado — se se construir realmente o espaço das relações objectivas (estrutura) de que são manifestação as permutas comunicacionais directamente observadas (interacção). Trata-se de apreender uma realidade oculta, que só se descobre encobrimdo-se, que só se mostra enquanto facto banal das interacções em que se dissimula a si própria. Que quer isto dizer? Temos diante de nós um conjunto de indivíduos, designados por nomes próprios, o senhor Paul Amar, jornalista, o senhor René Rémond, historiador, o senhor X, político, etc., que trocam, como se diz, palavras aparentemente passíveis de uma «análise de discurso» e de que todas as «interacções» visíveis fornecem na aparência todos os instrumentos da sua própria análise. De facto, a cena que se representa no palco, as estratégias que os agentes empregam para levarem a melhor na luta simbólica pelo monopólio da imposição do veredicto, pela capacidade

reconhecida de dizer a verdade a respeito do que está em jogo no debate, são a expressão das relações de força objectivas entre os agentes envolvidos e, mais precisamente, *entre os campos* diferentes em que eles estão implicados — e em que ocupam posições mais ou menos elevadas. Dito por outras palavras, a interacção é a resultante visível e puramente fenoménica, da intersecção dos campos hierarquizados.

O espaço da interacção funciona como uma situação de mercado linguístico, que tem características conjunturais cujos princípios podemos destacar. Em primeiro lugar, é um espaço pré-construído: a composição social do grupo está antecipadamente determinada. Para compreender o que pode ser dito e sobretudo o que *não pode ser dito* no palco, é preciso conhecer as leis de formação do grupo dos locutores — é preciso saber quem é excluído e quem se inclui. A censura mais radical é a ausência. É preciso pois considerar as taxas de representação (no sentido estatístico e no sentido social) das diferentes categorias (sexo, idade, estudos, etc.), logo, as probabilidades de acesso ao local da palavra — e, depois, as probabilidades de acesso à palavra, mensurável em tempos de expressão. Outra característica ainda: o jornalista exerce uma forma de dominação (conjuntural não estrutural) sobre um espaço de jogo que ele construiu, e no qual ele se acha colocado em situação de árbitro, impondo normas de «objectividade» e de «neutralidade».

Mas não se pode ficar por aí. O espaço de interacção é o lugar da actualização da intersecção entre os diferentes campos. Os agentes na sua luta para imporem o veredicto «imparcial», quer dizer, para fazerem reconhecer a sua visão como objectiva, dispõem de forças que dependem da sua pertença a campos objectivamente hierarquizados e da sua posição nos campos respectivos. Existe, em primeiro lugar, o campo político: os homens políticos, directamente implicados no jogo, portanto directamente interessados e percebidos como tais, são imediatamente percebidos como juizes e partes, logo, sempre suspeitos de produzirem interpretações interessadas, enviesadas e, por isso mesmo, desacreditadas. Eles ocupam posições diferentes no campo político: estão situados neste espaço pela sua filiação num partido, mas também pelo seu estatuto nesse partido, pela

sua notoriedade, local ou nacional, etc. Vem depois o campo jornalístico: os jornalistas podem e devem adoptar uma retórica da objectividade e da neutralidade (apoiando-se eventualmente nos «políticos»). Segue-se o campo da «ciência política», no interior do qual os «políticos mediáticos» ocupam um lugar pouco glorioso, mesmo que gozem de prestígio no exterior (sobretudo junto dos jornalistas a quem se sobrepõem estruturalmente). Logo depois, está o campo do «marketing» político, com os publicitários e os conselheiros em comunicação política, que cobrem com justificações «científicas» os seus vededictos acerca dos homens políticos. Finalmente, encontra-se o campo universitário propriamente dito, com os especialistas da história eleitoral que se especializaram no comentário dos resultados eleitorais. Tem-se assim uma progressão, desde os mais «empenhados» até aos mais desligados estruturalmente e estruturalmente: o universitário é aquele que, como se diz, tem mais «recuo», «distância». Tratando-se, como é o caso da sessão eleitoral, de produzir uma *retórica da objectividade* tão eficaz quanto possível, ele detém uma vantagem estrutural sobre todos os outros.

As estratégias discursivas dos diferentes actores, e em especial os efeitos retóricos que têm em vista produzir uma fachada de objectividade, dependerão das relações de força simbólicas entre os campos e dos truños que a pertença a esses campos confere aos diferentes participantes ou, por outras palavras, dependerão dos interesses específicos e dos truños diferenciais que, nesta situação particular de luta simbólica pelo vededicto «neutro», lhes são garantidos pela sua posição nos sistemas de relações invisíveis que se estabelecem entre os diferentes campos em que eles participam. Por exemplo, o político terá, como tal, uma vantagem em relação ao homem político e ao jornalista, pois se lhe concede mais facilmente o crédito de objectividade, e tem a possibilidade de recorrer à sua competência específica, por exemplo, à história eleitoral que lhe permite fazer comparações. Ele poderá aliar-se aos jornalistas, cujas pretensões à objectividade reforça e legitima. O que resulta de todas estas relações objectivas, são relações de força simbólicas que se manifestam na interacção em forma de

estratégias retóricas: estas relações objectivas determinam no essencial quem pode cortar a palavra, interrogar, responder fora do que foi perguntado, devolver as questões, falar longamente sem ser interrompido ou passar por cima das interrupções, etc., quem está condenado a estratégias de denegação (interesses, estratégias interessadas, etc.), a recusas de respostas rituais, a formas estereotipadas, etc. Seria preciso ir mais longe, e mostrar como é que a apreensão das estruturas objectivas permite explicar o pormenor dos discursos e das estratégias retóricas, das cumplidades ou dos antagonismos, dos «golpes» desferidos e bem sucedidos, etc., em resumo, tudo o que a análise de discurso julga que pode compreender a partir unicamente dos discursos.

Mas por que razão a análise é, neste caso, particularmente difícil? Sem dúvida, porque aqueles que o sociólogo pretende objectivar são concorrentes pelo monopólio da objectivação objectiva. De facto, o sociólogo, segundo os objectos que estuda, está, ele mesmo, mais ou menos afastado dos actores e das coisas em jogo por ele observadas, mais ou menos directamente envolvido em rivalidades com eles, mais ou menos tentado, por conseguinte, a entrar no jogo do metadiscurso, com a aparência de o objectivar. Quando, no jogo analisado, se trata, como aqui, de sustentar um *metadiscurso* a respeito de todos os outros discursos — o do homem político que afirma ter ganho, o do jornalista que declara fazer uma exposição objectiva dos desvios, o do «político» e especialista de história eleitoral que têm a pretensão de fornecerem a compreensão a explicação objectiva do resultado apoiando-se na comparação dos desvios e na análise das tendências de evolução — quando se trata, numa palavra, de se situar *metá*, acima de, unicamente pela força do discurso, é-se tentado a fazer uso da ciência das estratégias que os diferentes actores aplicam, a fim de fazerem triunfar a sua «verdade» para dizer a verdade do jogo, e para triunfarem assim no jogo. É ainda a relação objectiva entre a sociologia política e a «politologia mediática» ou, mais precisamente, entre as posições que o observador e observado ocupam nos respectivos campos, objectivamente hierarquizados, que *comanda* a percepção do observador, sobretudo.

### CAPÍTULO III

#### *A gênese dos conceitos de habitus e de campo*

Ao apresentar aqui, de modo mais sintético e mais sistemático, os conhecimentos que pude obter, no decurso dos anos, pela aplicação a universos diferentes do mesmo modo de pensamento — aquele que é designado pela noção de *campo* — conto realizar a confluência da diversidade aberta pela pesquisa em acção com a coerência reforçada por um olhar retrospectivo. Diferente da teoria teórica — discurso profético ou programático que tem em si mesmo o seu próprio fim e que nasce e vive da defrontação com outras teorias —, a teoria científica apresenta-se como um programa de percepção e de acção só revelado no trabalho empírico em que se realiza. Construção provisória elaborada para o trabalho empírico e por meio dele, ganha menos com a polémica teórica do que com a defrontação com novos objectos. Por esta razão, tomar verdadeiramente o partido da ciência é optar, asceticamente, por dedicar mais tempo e mais esforços a pôr em acção os conhecimentos teóricos adquiridos investindo-os em pesquisas novas, em vez de os acondicionar, de certo modo, para a venda, metendo-os num embrulho de metadiscurso, destinado menos a controlar o pensamento do que a mostrar e a valorizar a sua própria importância ou a dele retirar directamente benefícios fazendo-o circular nas inúmeras ocasiões que a idade do jacto e do colóquio oferece ao narcisismo do pesquisador. Mas é também correr o risco de dar a imagem de um isolacionismo provinciano ou sectário, sobretudo quando o emprego colectivo do mesmo *modus operandi* — embora seja coisa banal nas ciências mais avançadas — vem reforçar esta impressão de monismo totalitário<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Alguns dos trabalhos cujos resultados são aqui apresentados foram já objecto de publicação, tendo eles próprios servido de base, desde há uns vinte anos, para pesquisas em que me apoiarei nos textos que têm em vista